

PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS NA FORMAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Alberto P. Trez^{1*}, Maria de Fátima L. C. Bernardino²

¹ *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus de São Roque/SP.
Associação Brasileira de Pesquisadores da Economia Solidária - albertotrez@terra.com.br*

² *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus de São Paulo/SP*

Resumo

Este artigo procura contextualizar a economia globalizada segundo sua perversidade no que se refere ao processo de geração de desempregados e de excluídos devido à globalização da produção e da eliminação de muitos postos de trabalhos e da substituição de outros pelas novas tecnologias. A Economia Solidária é apresentada com suas características essenciais de autogestão, solidariedade e participação. Também é destacada a formação crítica do cidadão que deve desenvolver uma consciência do seu papel social e no trabalho. Para viabilizar o desenvolvimento da Economia Solidária torna-se importante a criação de uma Pedagogia segundo os seus princípios com a formação de professores para as escolas formais e de educadores para a educação profissional e popular visando a sustentação social, econômica e ambiental. Pretende-se ressaltar a importância da formação de acordo com os princípios da Economia Solidária como contribuição para o desenvolvimento de um modelo pedagógico próprio e capaz de gerar mudanças comportamentais, sociais e econômicas.

Palavras-chave: Economia Solidária; Educação Popular; Formação; Práxis Pedagógica

1 Introdução

Desde o final do século passado as relações entre o mundo do trabalho e a economia mundial têm sido afetadas por mudanças fundamentais que levam às profundas transformações nos processos produtivos e na forma como o trabalho humano é organizado e/ou disponibilizado.

Em razão disso, os níveis de desemprego e a falta de oportunidade de um emprego formal têm feito com que uma expressiva parcela da população seja levada a uma situação de exclusão social.

Estudos apontam que, com os impactos causados pelos efeitos da globalização e os avanços tecnológicos, milhões de pessoas estão se organizando em formas de trabalho que não têm mais a relação capital-trabalho do tipo assalariado.

As relações de trabalho vão assumindo outros contornos neste contexto econômico que já não comporta a promessa de pleno emprego. Surgem, então, iniciativas que convergem para a chamada Economia Solidária que se trata de um conjunto de iniciativas associativas em um processo de autogestão, articuladas em redes de cooperação, redes solidárias, clubes de trocas, entre outras.

Dentre os desafios para que a Economia Solidária seja consolidada e tenha sustentabilidade está a necessidade de formação socioprofissional para as pessoas ligadas aos empreendimentos econômicos solidários e para os agentes de desenvolvimento.

Neste artigo abordaremos as questões relacionadas à Economia Solidária segundo a perspectiva pedagógica que favoreça a formação nessa área.

Nosso objetivo é verificar qual modelo pedagógico é mais adequado para o desenvolvimento das pessoas dentro dos valores, crenças e práticas da Economia Solidária, também conhecida em outros meios como Economia Social.

Para tanto, vamos contextualizar o momento de desenvolvimento econômico global; caracterizar a Economia Solidária em seus aspectos básicos e refletir sobre o modelo pedagógico mais adequado para incluir e desenvolver as pessoas interessadas neste tipo de conhecimento e prática.

2 A globalização e seus impactos na economia

O processo de globalização apareceu mais fortemente nas últimas décadas do século XX. Seus efeitos se irradiam de maneira diferenciada nos países, dependendo da situação geográfica, social, econômica e política de cada um deles. Moura (1998) afirma que a globalização como processo vem se desenvolvendo há muitas décadas. Esse processo está baseado no avanço do capital em busca de novos mercados e locais de investimentos e “envolve, praticamente, todos os países, ricos ou pobres, de todos os hemisférios.” (MOURA, 1998, p.79)

Dall’Acqua (2003) destaca três mudanças fundamentais: a primeira, e mais profunda, é o advento de um novo “paradigma tecnoeconômico”, cujas bases são a tecnologia da informação e da comunicação, a microeletrônica, a computadorização, os produtos intensivamente baseados em conhecimento e padrões de demanda, consumo e distribuição; a segunda mudança foi a aceleração do processo de “terceirização” do desenvolvimento econômico; e, finalmente, a grande mudança é a globalização, a internacionalização da indústria, dos serviços e do capital intensificou-se drasticamente e a economia mundial que está se tornando verdadeiramente transnacional ou global. Estas mudanças são motivadas pelo crescimento significativo da velocidade das transformações tecnológicas, pela situação conjuntural internacional e pelo processo de globalização econômica.

A consequência deste processo é que está ocorrendo, tanto nas economias mais avançadas como nas em desenvolvimento, uma reestruturação produtiva das empresas e dos países. Entende-se por estruturação produtiva a distribuição das atividades produtivas por setores específicos que caracterizam a especialização de cada economia. A reestruturação produtiva, por sua vez, é entendida como o conjunto das transformações na estrutura produtiva das empresas e das sociedades em busca da modernização e diminuição de custos. O modelo de globalização que se desenvolveu nos últimos tempos apresenta uma forte hierarquização onde cerca de 500 a 600 empresas transnacionais de grande porte representam de forma hegemônica, segundo Dowbor (1998), 25% das atividades econômicas mundiais e controlam de 80 a 90% das inovações tecnológicas.

Segundo Dall’Acqua (2003) podemos perceber os efeitos e consequências gerados por essas mudanças no *processo produtivo*, com a internacionalização da produção que é a mais importante transformação subjacente ao surgimento da economia global, incorporando

componentes produzidos em vários locais diferentes, por diversas empresas, e montados para atingir finalidades e mercados específicos em uma nova forma de produção e comercialização; e na *força de trabalho*, com a quebra do paradigma da produção em massa e bens padronizados – o fordismo – trazendo como consequência o declínio do emprego industrial.

3 A questão do desemprego e a exclusão social

No atual contexto econômico mundial, a oferta de trabalho formal está cada vez mais reduzida. Segundo Rifkin (2001) a nova fase da história é caracterizada pelo declínio sistemático dos empregos formais. De acordo com o autor, o número de pessoas subempregadas ou desempregadas está aumentando rapidamente, à medida que milhões de ingressantes na força de trabalho encontram um mercado restrito em função da revolução da alta tecnologia, que vem substituindo o trabalho humano na produção de bens e serviços.

Para Rifkin (2001) muitas funções jamais voltarão, embora algumas novas funções estejam sendo criadas, são, na maioria, empregos de baixa remuneração e, em geral, temporários. Notamos a polarização de duas forças potencialmente irreconciliáveis: de um lado, a elite da informação, que controla e administra a economia global de alta tecnologia, e de outro, o número crescente de trabalhadores deslocados, com poucas perspectivas e pequena esperança de encontrar bons empregos em um mundo cada vez mais automatizado.

Pochmann (2002) afirma que os países desenvolvidos beneficiaram-se do quase pleno emprego e de altos salários entre 1950 e 1973, enquanto os países latino-americanos, por exemplo, apresentaram a ausência de políticas econômica e social para o enfrentamento dos problemas dos subempregados. No período entre os anos 1970 e os primeiros anos deste novo século, observou-se um movimento geral de precarização do mercado de trabalho representado pela redução na capacidade de geração de novos empregos regulares, a destruição de parte das ocupações formais existentes, a diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação da subutilização da força de trabalho.

Para Singer (2003, p.24), talvez “melhor do que a palavra ‘desemprego’, precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo”. Os novos postos de trabalho, que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo. (Singer, 2003). Moura (1998), destaca que entre as quatro formas gerais de desemprego (conjuntural, cíclico, estrutural e induzido), o *desemprego estrutural* é o pior, pois, nesta situação, é a própria estrutura da economia que passa a ser desempregadora, sem perspectivas de voltar a ser empregadora. Trata-se não propriamente da perda, mas da extinção dos postos de trabalho. Mudanças tecnológicas de grande alcance ou alterações profundas no mercado costumam produzir o desemprego estrutural.

De acordo com Rifkin (2001, p.8), “O ritmo acelerado da automação está levando a economia global rapidamente para a era da fábrica sem trabalhadores.” Para ele, a introdução de tecnologias mais sofisticadas associadas a ganhos de produtividade significa que a economia global pode produzir um número cada vez maior de bens e serviços, empregando uma porcentagem cada vez menor da força de trabalho disponível. (RIFKIN, 2001). A economia global de alta tecnologia está se movendo para além do operário. Enquanto as elites empresariais, profissionais e técnicos forem necessárias para administrar a economia formal do futuro, cada vez menos trabalhadores serão necessários para ajudar na produção de bens e

serviços. O valor de mercado dessa classe de trabalhadores está diminuindo e continuará a diminuir. A consequência disso é uma situação de exclusão social da população atingida.

Moura (1998) ressalta que a exclusão social anula a cidadania. “Na sua essência, a exclusão social significa o estado do indivíduo que é vedado a participar das condições gerais (inclusive de proteção e bem-estar) que a sociedade propicia aos seus cidadãos.” (MOURA, 1998, p.111)

4 As dimensões do trabalho e as formas de geração de renda

Para o ser humano, o trabalho está diretamente relacionado à sua auto-estima, dignidade, respeito e reconhecimento de seu papel na sociedade. “O trabalho expressa uma dimensão fundamental da existência humana” (MOURA, 1998, p.41). Segundo este autor, o conceito, a classificação e o valor atribuído ao trabalho são sempre questões culturais.

Para Moura (1998) há três dimensões a serem consideradas com relação ao trabalho: a *dimensão econômica*, em que o trabalho é fonte de sustentação econômica (material) do indivíduo e de seus dependentes; a *dimensão psicológica*, onde o trabalho é instrumento de afirmação e crescimento das pessoas; e a *dimensão sociológica*, que serve de validação e ajustamento social, conferindo um certo status e um papel social às pessoas.

Rattner (2000) afirma que as disparidades entre riqueza e miséria geram anomalias sociais. O modelo neoliberal, caracterizado pela abertura e desregulação dos mercados, a privatização das empresas públicas e a precarização das relações de trabalho, aprofundou a assimetria social e econômica transformando os milhões de desempregados em marginalizados e excluídos do convívio social.

Segundo Schwengber (2003), no Brasil de hoje as oportunidades de trabalho estão mais distantes do paradigma do emprego regular, representado por meio de uma carteira de trabalho. As relações de subordinação do capital sobre o trabalho vão ganhando outros contornos, talvez até mais cruéis, tendo-se em vista o crescente incremento das formas precárias de trabalho e a diminuição das formas de proteção social. Neste cenário, grande parte da massa da população atingida tem-se organizado em diversas iniciativas para geração de trabalho e renda.

5 Princípios e diretrizes da Economia Solidária

Diante deste quadro apontado, Pontes Jr e Osterne (2004) afirmam que existem hoje no Brasil inúmeras iniciativas na sociedade na busca de uma estratégia econômica alternativa capaz de inserir os setores excluídos. E um dos mais importantes instrumentos que tem manifestado resistência ao atual contexto da exclusão social, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro é o cooperativismo e a autogestão, que são os principais protagonistas da Economia Solidária.

A Economia Solidária surge para se contrapor ao movimento neoliberal e tem sua organização social no sentido da base para o topo da sociedade. Segundo Arroyo e Schuch (2006) este novo tipo de Economia tem o objetivo de propiciar a melhoria da qualidade de vida da população, como resultado de um processo de desenvolvimento integrado e sustentado da sociedade, sendo capaz de reavivar o ideal de cooperação e solidariedade entre os homens.

Apesar da diversidade de origens e culturas dos empreendimentos da Economia Solidária, este segmento possui pontos convergentes, como: a valorização social do trabalho humano; os valores da cooperação, da autogestão e da solidariedade; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento

do lugar fundamental da mulher numa economia fundada na solidariedade, bem como de todos os demais gêneros da sociedade e a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza.

Durante o V Fórum Social Mundial, realizado no ano de 2005, na cidade de Porto Alegre – RS, a Economia Solidária teve ampla divulgação e “[...] foi apresentada como estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho, tendo como princípios a cooperação, a solidariedade, a participação e a valorização do ser humano e do meio ambiente.” (GADOTTI, 2009, p.106)

6 Economia Solidária: características e práxis pedagógica

Nessas últimas décadas a Economia Solidária tem-se constituído em uma alternativa real ao modelo capitalista. A forma de produção associada gera valores solidários, participação, autogestão e autonomia (GADOTTI, 2009). Sua finalidade é “[...] prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano.” (PACS, 2000, p.5)

Gadotti (2009, p.23) destaca que as diversas ações em Economia Solidária estão articuladas como “um projeto de sociedade que implica **novos valores**, acentuando o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório, alternativo e alterativo.” Segundo ele, a Economia Solidária tem uma estreita ligação à **educação transformadora** e à **democracia econômica**.

Singer (2005, p.19) afirma que se deve considerar a Economia Solidária como “[...] um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que se propõe uma nova prática social e um entendimento dessa prática.” Segundo ele, a única forma de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a de acordo com os seus valores fundamentais.

Um dos pilares da Economia Solidária é a **autogestão, baseada na cooperação e democracia participativa**. Por isso, Gadotti (2009, p.33) ressalta que “todos os membros de um empreendimento solidário precisam ser formados para a gestão coletiva do próprio empreendimento”. É necessária a **formação para a gestão colaborativa e o trabalho de equipe**. (GADOTTI, 2009, p.32).

7 A importância da educação popular e a formação socioprofissional em EcoSol

Em junho de 2006 realizou-se a Conferência Nacional de Economia Solidária com o tema “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Nesta ocasião, foi afirmado que a Educação para a Economia Solidária, de acordo com os princípios da solidariedade e da autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário (MANCE, 2008). Este tipo de Educação deve valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas. Os conteúdos devem valorizar a autogestão e a autonomia, viabilizando as atividades sociais e econômicas, enquanto desperta a consciência crítica dos trabalhadores.

Assim, há “o empoderamento dos sujeitos” (MANCE, 2008, p. 118) com ferramentas como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão. As práticas e os valores da Economia Solidária devem ser inseridos nos currículos e nos projetos pedagógicos nos vários níveis de ensino formal, de forma transversal e interdisciplinar, com crianças, jovens e adultos.

Da mesma forma, deve-se inserir a Economia Solidária nos programas existentes que tratam da elevação da escolaridade e da qualificação profissional. Torna-se imprescindível, portanto, a formação de educadores do sistema de ensino público, a confecção de material didático e a construção do referencial teórico-pedagógico com base nos princípios da Economia Solidária.

Dentre as iniciativas existentes desde a década de 90, como práticas de educação popular associando o saber e o fazer, estão as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no interior de diversas universidades públicas, dentro do conceito de que as universidades acabam desenvolvendo de forma plena seus preceitos de extensão universitária ao propor e executar projetos de intervenção econômica e geração de trabalho e renda, como ocorre nestas incubadoras (SINGER; SOUZA, 2000).

Se a Economia Solidária é um ato pedagógico, conforme afirma Singer (2005) e de acordo com Gadotti (2009), é fundamental a construção de uma *Pedagogia da Economia Solidária*. Essa nova pedagogia requer uma *nova metodologia, que vincule o pensar ao fazer*. Os conteúdos básicos devem estar relacionados com a cultura acumulada pelos empreendimentos solidários e com as experiências vividas de autogestão. Por outro lado, *conhecer as experiências concretas* de construção de redes autogestionárias deve fazer parte de qualquer programa de formação social e profissional em Economia Solidária.

Gadotti (2009) destaca que a Economia Solidária baseia-se na ajuda mútua e esse *princípio pedagógico* da reciprocidade e da igualdade de condições, exigência de todo diálogo entre educador e educando, deve ser levado em conta na formação em Economia Solidária. Desta forma, o autor aponta para a relevância da formação de educadores populares e agentes de desenvolvimento solidário, essenciais para os processos formativos direcionados às estratégias de fortalecimento deste tipo de Economia.

8 Considerações finais

Observamos que os princípios da Economia Solidária podem contribuir para o desenvolvimento de um modelo pedagógico próprio e capaz de gerar mudanças comportamentais, sociais e econômicas.

As modificações sociais e econômicas em um contexto global ampliam os riscos principalmente para as populações mais carentes e que colocam-se em um perigoso patamar de excluídos do mundo do trabalho e do próprio meio social.

A Educação Popular praticada de acordo com os princípios da autogestão, da autonomia, da solidariedade e da participação pode contribuir para a inclusão social e econômica das famílias ao possibilitar a geração de renda associada à qualificação profissional e à qualidade de vida.

9 Referências bibliográficas

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia popular e solidária: A alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. *Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômicos, global e local*. São Paulo: Annablume, 2003.

DOWBOR, Ladislau. *A Reprodução Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GADOTTI, Moacir. *Economia Solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009 (Série Educação Popular)

MANCE, Euclides André. *Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

MOURA, Paulo C. *A crise do emprego: uma visão além da economia*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PACS, Políticas Alternativas para o Cone Sul. *Construindo a socioeconomia solidária: do espaço local ao global*. Rio de Janeiro: PACS, 2000. Série: Semeando socioeconomia, n.1.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002.

PONTES JR, Osmar de Sá; OSTERNE, Francisco José Wanderley. *Plano de Negócios para Empreendimentos Econômicos Solidários de Autogestão, EES e Cooperativas*. Universidade Federal do Ceará – Incubadoras de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará – Fortaleza: UFC, 2004. – Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/imagens/arquivos/arquivos/economiasolidaria/14-12-05/Manual_PlanoNegócios_Cooperativa.pdf > - acesso em 13/10/2006

RATTNER, Henrique – *Brasil no limiar do século XXI: Alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*. Henrique Rattner (org.) Coleção Estante USP – Brasil 500 anos. São Paulo: EDUSP, 2000.

RIFKIN, Jeremy – *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. tradução: Ruth Gabriela Bahr; revisão técnica: Luiz Carlos Merege. São Paulo: Pearson, 2001.

SCHWENGBER, Ângela M. – *Economia solidária: de estratégia de resistência à estratégia de desenvolvimento*. In: Trabalho e cidadania ativa para as mulheres : desafios para as políticas públicas. – Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher / Prefeitura Municipal de São Paulo – Caderno nº 3 – 152 p. – EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam e GODINHO, Tatau (orgs.) São Paulo: PMSP, 2003, p.117-122.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 6ª ed. - São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *A economia solidária como ato pedagógico*. In: KRUPPA, Sonia M. Portela (org.) Economia Solidária e educação de jovens e de adultos. Brasília: Inep/MEC, 2005, p.15-20.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.